

Sobre o idealismo em Kant e Berkeley

[On idealism in Kant and Berkeley]

Luís Eduardo Ramos Souza*

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Brasil)

1. Introdução¹

Historicamente, as afinidades entre as filosofias de Kant e Berkeley são inicialmente mencionadas por Garve-Feder (1782), cuja reação contrária de Kant aparece explicitamente no apêndice dos *Prolegômenos* (1783). Tais aproximações entre os dois filósofos são também apontadas por Mendelssohn, Herder, Hamann, Pistorius e Eberhard², bem como mais recentemente por K. Smith (1918), C. Turbayne (1955) e P. Strawson (1966). Por sua vez, os distanciamentos entre eles são apontados por M. Wilson (1971), H. Allison (1973) e J. Bonaccini (2002).

Em *Los limites del sentido* (1966), Strawson afirma em várias passagens que ‘Kant está mais próximo de Berkeley do que ele mesmo crê’. Este trabalho pretende tomar como ponto de partida essa ideia geral apontada por Strawson para, em seguida, compreender de forma mais ampla as relações existentes entre os dois filósofos mencionados do ponto de vista tanto das suas semelhanças como diferenças. Tal tarefa pode ser formulada na forma da seguinte questão: em que sentido o idealismo de Kant se aproxima e se distancia do idealismo de Berkeley?

A resposta à questão acima será dividida em duas partes, uma dirigida aos pontos de aproximação ou semelhança e, a outra, aos pontos de distanciamento ou diferença entre os dois filósofos. Ao todo, serão focalizados quatro pontos, sendo dois relativos às aproximações e dois referentes aos distanciamentos. Quanto à primeira parte, serão focalizados os seguintes pontos: (i) a descoberta do sujeito e sua

* Email: clubedelogica@yahoo.com.br

¹ Utilizam-se as seguintes abreviaturas para os textos de Kant e Berkeley: *Crítica da razão pura* (1781/ 1787) por *CRP*; *Crítica da razão prática* (1788) por *CRPt*; *Crítica da faculdade do juízo* (1793) por *CFJ*; *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783) por *Prol.*; *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* (1710) por *TCH*.

² Cf. Allison, *Kant's critique of Berkeley*, 1973, p. 43.

preeminência sobre o objeto; (ii) a crítica do idealismo. Quanto a segunda parte, destacar-se-ão estes pontos: (i) as defesas do realismo; (ii) a concepção do espaço e tempo.

2. Algumas aproximações entre Kant e Berkeley

2.1 A descoberta do sujeito e sua preeminência sobre o objeto

Tanto Kant como Berkeley – à semelhança de Descartes antes deles – descobrem o sujeito como o fundamento de todo o conhecimento. Em geral, todos eles defendem a tese da subjetividade, na medida em que reconhecem no sujeito uma atividade peculiar e essencial da qual depende em última instância o conhecimento do objeto. A respeito das possíveis aproximações entre Kant e Berkeley ligada à tese da subjetividade, Strawson menciona, de um lado, a posição sustentada por ambos de que o mundo natural não possui existência independente das nossas representações ou percepções e, de outro, a visão comum de que há em certo sentido uma determinada preeminência do interno sobre externo, isto é, da consciência sobre o mundo (1966, pp. 19, 31). A perspectiva de Turbayne é mais radical ao defender que a tese subjetivista comum a ambos é, na verdade, efeito da influência da filosofia de Berkeley sobre o pensamento de Kant (1955, p. 243), enquanto Smith sustenta uma posição mais moderada ao afirmar que Kant é berkeliano apenas no contexto da 1ª edição da *CRP*, embora anti-berkeliano no âmbito da 2ª edição (1918, p. 305).

No caso de Berkeley, ele identifica o sujeito à mente, espírito, alma ou eu, caracterizando-o como um ser percipiente e ativo, responsável por diversas operações, tais como conhecer, querer, imaginar, recordar, etc. (*TCH*, § 2). Por outro lado, para ele, o objeto é algo passivo e inerte, porque desprovido da capacidade de perceber e de qualquer uma das operações próprias do sujeito mencionadas acima (*TCH*, §§ 25/89), além de sua própria existência ser dependente do sujeito, quer humano ou divino (§§ 29-33).

No caso de Kant, o sujeito é identificado de modo geral à mente ou ânimo (em alemão, *Gemüt*), sendo também concebido como um elemento ativo e que possui a propriedade de conhecer, querer e sentir (*CFJ*, 1ª versão da introdução, III, p.18). Para ele, a atividade interna do sujeito depende do funcionamento de um conjunto de faculdades (teóricas, práticas e estéticas), sendo tais faculdades portadoras de certos princípios puros, quer dizer, princípios dados antes de toda experiência e

do próprio objeto (*CFJ*, LVIII). Em particular, o objeto do conhecimento é visto como algo dado ao sujeito e, embora não criado por este, é igualmente destituído dos poderes mentais próprios do sujeito.

O lema de Berkeley para a descoberta do sujeito e a afirmação da sua preeminência sobre o objeto é o *esse est percipi* (*TCH*, § 3), ao passo que o mote de Kant é a *revolução copernicana* (*CRP*, B XVI). Pelo primeiro revela-se que somente o sujeito tem a função de perceber, sendo a natureza do objeto a de ser meramente percebido (*TCH*, § 139). Pelo segundo indica-se que a função do sujeito é conhecer, enquanto a do objeto é a ser conhecido. Em ambos os casos, as funções entre o sujeito e o objeto são irreversíveis, uma vez que o objeto não tem a função de perceber ou conhecer. Portanto, para Berkeley e Kant, o sujeito aparece como o elemento ativo que contém as operações de perceber e conhecer em geral (além de querer, sentir, imaginar, etc.). Por sua vez, o objeto apresenta-se em geral para ambos como um elemento passivo, ou ainda, no dizer de Kant, como uma espécie de testemunha a responder às perguntas do sujeito legislador (*CRP*, B XIII).

Nesse sentido, pode-se dizer que a tese da subjetividade defendida por Kant e Berkeley mais os aproximam que os distanciam. Afinal, ambos sustentam, em linhas gerais, que os objetos externos podem ser ilusões se vistos sem relação ao sujeito ou como extrínsecos à mente, o que, por sua vez, conduziria ao ceticismo – refutado por eles – à medida que inexistiria um critério seguro para garantir se tais objetos independentes da mente são de fato reais (*Prol.*, A 63; *TCH*, § 87).

2.2 A crítica do idealismo

Tanto Berkeley como Kant adotam uma postura crítica contra o idealismo, isto é, a doutrina segundo a qual o mundo externo é uma ilusão. Nenhum deles aceita confundir suas concepções filosóficas com essa esta espécie de visão idealista, não obstante terem sido acusados de defenderem tal posição por parte dos seus críticos.

Quanto a Berkeley, apesar de sua filosofia ter sido censurada de idealista, inclusive posteriormente por Kant, ele rejeita firmemente tal espécie de crítica. Segundo a tese fundamental de Berkeley – *esse est percipi* – afirma-se que o ser ou a essência dos objetos em geral consiste em serem percebidos, o que significa que eles não têm existência própria e independente do sujeito, pelo contrário, os objetos existem na medida em que são percebidos pelo sujeito, de modo que sem essa percepção eles não têm qualquer existência. Uma consequência da tese de Berkeley é tornar impossível, absurdo ou sem sentido conceber-se a “existência

absoluta de objetos sensíveis em si mesmos ou fora do espírito” (*TCH*, § 24) ou, em outras palavras, postular objetos existentes e não percebidos pelo sujeito é algo inteiramente contraditório. Contra os críticos que o acusam de idealista, Berkeley sentencia no § 91: “seria erro ver nestas afirmações a negação da realidade das coisas”. Para ele, embora os objetos dependam necessariamente de uma mente para existirem, quer seja a mente humana ou divina, isso não implica serem os objetos externos ilusórios, porque estes são produzidos pela mente de um Agente sábio e bom (Deus) que garante a sua realidade (*TCH*, § 106).

Quanto a Kant, a sua filosofia precisou também defender-se contra a crítica de ser idealista. Nos *Prolegômenos* (§ 13, II, A 62-4) Kant expõe e rebate tal espécie de crítica, cujo alvo é a sua doutrina da idealidade do espaço e do tempo, a saber: dado que pela sensibilidade representamos somente os fenômenos e não as coisas em si mesmas, então tais representações se encontram só no sujeito e não se referem a coisas reais (*Prol.*, A 62). Contra essa crítica Kant responde: “eu, pelo contrário, afirmo: são-nos dadas coisas como objetos dos nossos sentidos e a nós exteriores, mas nada sabemos do que elas possam ser em si mesmas; conhecemos unicamente os seus fenômenos [...], mas nem por isso, menos real” (*Prol.*, A 63). Em particular, nesta passagem Kant argumenta que os objetos externos existem e são reais porque são dados e afetam a sensibilidade do sujeito, cuja organização interna deste último produz representações deles como fenômenos e não como são em si mesmos.

Embora Berkeley e Kant tenham em comum rejeitarem serem chamados simplesmente de idealistas, curiosamente Kant acusa Berkeley de ser um deles, classificando-o como uma espécie de idealista dogmático. Na *CRP*, Kant diz que o idealismo dogmático de Berkeley declara que “o espaço, com todas as coisas às quais adere como condição inseparável, algo impossível em si mesmo e por isso mesmo também considera as coisas no espaço como simples ficções” (B 274). Embora a primeira parte da afirmação de Kant seja verdadeira – relativa ao fato de Berkeley considerar impossível conceber-se o espaço e os objetos em si mesmos, sem relação com a mente –, é questionável se a segunda parte também o seja, ao dizer que Berkeley também considera as coisas no espaço como meras ficções. Afinal, como visto no § 91 do *TCH*, Berkeley declara explicitamente serem errôneas tais interpretações e críticas contra sua filosofia e, nos §§ 29-33, ele argumenta que os objetos externos são reais e não ilusórios.

Mesmo a despeito dessa advertência, Kant propõe-se a refutar o idealismo dogmático através da combinação da sua doutrina da

idealidade e da realidade empírica do espaço e do tempo, elaborada na Estética Transcendental, o que conduz a uma nova forma de idealismo defendida por ele, chamada de idealismo transcendental. De acordo com Kant, o idealismo transcendental, em oposição ao idealismo dogmático, caracteriza-se com base nestas duas doutrinas: (i) a idealidade transcendental, a qual afirma que o espaço e o tempo são inerentes à mente do sujeito; (ii) a realidade empírica, pela qual admite-se que os objetos da experiência são conhecidos pelo sujeito como fenômenos no espaço e no tempo e não em si mesmos (*CRP*, A 369).

Em particular, Kant confronta a sua doutrina da idealidade do espaço com a concepção do espaço de Berkeley, o que resulta na hipótese sustentada por Kant de que o espaço é inerente à mente do sujeito, o que contrasta com a hipótese de Berkeley de que o espaço é inerente aos objetos.³ Contudo, convém salientar que, para Berkeley, o fato de se conceber o espaço como inerente aos objetos não implica em eles próprios serem ilusórios, pelo contrário, eles são supostos como reais. Sendo assim, uma vez que Berkeley não declara serem o espaço e os objetos ilusórios, o problema que se coloca é explicar em que sentido pode se compreender a crítica de Kant ao idealismo de Berkeley. Tal dificuldade produz, em linha geral, dois posicionamentos opostos: de um lado, há aqueles comentadores que reconhecem ser a crítica de Kant a Berkeley confusa e sem sentido (ver Smith (1918) e Bonaccini (2002)); de outro, há aqueles que tentam encontrar algum modo razoável de compreender tais críticas de Kant (ver Turbayne (1955), Allison (1966) e Wilson (1971))⁴.

Em face de tal problemática, este artigo entende que a crítica de Kant a Berkeley, independente de sofrer de confusões ou mal entendidos, pode ser aceitável em dois sentidos distintos: (1º) a tese idealidade de Kant (inerência do espaço ao sujeito) tem a vantagem sobre a de Berkeley (inerência do espaço ao objeto) à medida que, como observa Kant, explica melhor a produção e a aplicação de regras espaciais necessárias aos objetos sensíveis (ver Wilson (1971) e Allison (1973)); (2º) a tese da idealidade tem também uma ligeira vantagem sobre a de Berkeley por não pressupor hipóteses teológicas para garantir a realidade do espaço e dos objetos externos (isto é, a mente de Deus),

³ Esta tese de Berkeley é também sustentada por Leibniz (ver adiante neste texto item 3.2)

⁴ Em linhas gerais, Turbayne, Allison e Wilson argumentam que a crítica de Kant a Berkeley (de que este é um idealista ou ilusionista) pode ser compreendida no sentido de que tal idealismo trata-se de uma *consequência* da filosofia de Berkeley, mais do que a própria filosofia de Berkeley (Turbayne, 1955, p. 243; Allison, 1973, pp. 61-2). De modo particular, Wilson e Allison indicam que o ponto central da crítica de Kant reside na concepção do espaço de Berkeley, cuja consequência é o ilusionismo (Wilson, 1971, pp. 474-5; Allison, 1973, pp. 61-3).

muito embora a tese de Kant suponha igualmente hipóteses metafísicas pouco ortodoxas para assegurar tal realidade (a saber, a de que o espaço é uma forma pertencente à mente humana).

3. Alguns distanciamentos entre Kant e Berkeley

3.1 As defesas do realismo

A crítica do idealismo tanto quanto a defesa do realismo são pontos que aproximam Berkeley e Kant, uma vez que nenhum dos dois filósofos aceita a crítica de que suas filosofias conduzem ao idealismo, quer dizer, à afirmação de que o mundo externo seja ilusório. Pelo contrário, ambos defendem a tese realista que afirma que o mundo é real, embora o que os diferencia neste ponto são apenas os argumentos usados para defender o realismo.

Para Berkeley, o principal argumento em prol do realismo é de caráter teológico, tal como o fizera anteriormente Descartes nas *Meditações* (1641, 6ª Med.). Segundo Berkeley, os objetos podem ser divididos em três espécies: sensíveis, imaginários e intelectuais (*TCH*, § 1). Destes, os dois últimos têm sua existência dependente da mente humana, enquanto os primeiros existem independentemente dela. Porém, o fato de os objetos sensíveis terem sua existência independente da mente do homem, isso não significa que existam independentes de qualquer mente. Para Berkeley há para os objetos sensíveis “alguma outra vontade ou espírito que os produz” (*TCH*, § 29), o qual é identificado à própria mente de Deus, o sujeito do qual depende toda a existência dos objetos naturais. Comparativamente, os objetos produzidos pela mente humana são mais fracos e irregulares, e podem ser até ilusórios, ao passo que os objetos produzidos pela mente divina são mais fortes e regulares e, portanto, reais (*TCH*, § 33). À semelhança de Descartes, também Berkeley apela à bondade divina para garantir que o mundo externo criado por Deus seja real e não ilusório, dado pressupor “que toda a criação é obra de um Agente sábio e bom” (*TCH*, § 106).

Kant, por sua vez, utiliza dois argumentos principais para defender o realismo, a saber, o argumento da imediaticidade e o argumento epistemológico (*CRP*, B 274ss; A 367ss). Pelo primeiro (imediaticidade⁵), ele afirma que os objetos exteriores são dados de modo imediato aos sentidos humanos, e por isso não são criados por alguma faculdade da sua mente, tal como a imaginação. A explicação

⁵ O termo “imediaticidade” é empregado por Caranti (2011).

deste último ponto envolve dois aspectos: de um lado, a declaração de que os objetos sensíveis são apreendidos por uma faculdade receptiva (a sensibilidade), a qual não tem o poder de criar os próprios objetos; de outro, o reconhecimento de que a faculdade da imaginação tem o seu material adquirido a partir da própria experiência e que ela não tem o poder de intuir os objetos que imagina. Pelo segundo argumento (epistemológico), Kant pretende garantir a realidade do mundo externo mediante o fato de ser possível construírem-se regras ou leis universais acerca dos objetos sensíveis, tal como realizado pela física. Assim, o fato de leis científicas poderem ser construídas sobre os objetos externos implica que estes são reais, ao contrário do que ocorre com os objetos oníricos, cujas relações não são submetidas a leis universais.

O cotejo dos argumentos realistas propostos Berkeley e Kant revela que o argumento teológico do primeiro apresenta-se como problemático à filosofia do segundo. A principal razão disso é que a discussão do idealismo pertence à razão teórica, no campo da qual Kant mostrou ser impossível obter-se um conhecimento acerca de Deus, devido ao fato de que esta é uma ideia problemática que envolve determinados conflitos racionais insolúveis. De acordo com Kant, é somente no campo da razão prática que é possível apresentar-se uma justificação adequada da ideia de Deus a título de um postulado prático responsável por garantir a realização do sumo bem, isto é, a reunião da moralidade com a participação na felicidade (*CRPt*, A 223ss). Por sua vez, do ponto de vista da filosofia de Berkeley o argumento teológico é justificável para explicar a origem dos próprios objetos dados na natureza, uma vez que estes não são criados pela mente do homem, mas sim pela mente de Deus. Quanto a isso, Kant limita-se a admitir que os objetos da natureza são dados disponíveis à mente humana e não criados por ela, mas sem avançar ao ponto de supor que tais dados são criados pela mente divina, visto ser este último passo, para ele, uma postura dogmática e não crítica.

Por fim, convém observar que Kant se autodenomina um realista empírico ao admitir, mediante a sua doutrina da realidade empírica do espaço e do tempo, que estes conceitos fazem referência aos objetos empíricos. Em contraposição, distingue-se do realismo transcendental à medida que, segundo ele, aqui o espaço e o tempo são considerados como inerentes aos próprios objetos, cujo representante é Leibniz – e possivelmente também Berkeley. Todavia, tal distinção entre o realismo empírico e transcendental é ausente neste último filósofo.

3.2 A concepção do espaço e do tempo

Um dos maiores contrastes entre Berkeley e Kant pode ser visto no que diz respeito às suas concepções do espaço e do tempo. Embora ambos compartilhem a mesma ideia de que o espaço e o tempo não são absolutos – isto é, entidades auto-subsistentes, existentes como coisas em si mesmas e fora do sujeito⁶ –, ambos divergem quanto à compreensão do seja um espaço e tempo puros.

Para Berkeley, o princípio fundamental do *esse est percipi* assegura, negativamente, que nenhum objeto exista em si mesmo e sem qualquer relação ao sujeito e, positivamente, indica que todos os objetos dependem do sujeito para existir. Tal princípio é igualmente válido para o espaço e o tempo. A primeira consequência disso é o fato de Berkeley negar o caráter absoluto do espaço e do tempo, contrariando assim a visão de Newton, uma vez ser impossível ou um contra-senso supor a existência do espaço e do tempo fora do sujeito, sem que este possa de algum modo percebê-los. A segunda implicação é que Berkeley concebe um espaço e um tempo puros (embora não absolutos) em conformidade com sua visão empirista, a saber: o espaço puro depende da resistência de outros corpos para o movimento no mundo exterior, e o tempo puro depende da sucessão de ideias no interior da mente. Ou seja, tanto o espaço como o tempo puro são concebidos por referência aos objetos sensíveis, quer estes sejam dados diretamente como no caso dos corpos no espaço, quer indiretamente como no caso das ideias no tempo. Tal concepção permite estabelecer graus de pureza do espaço e do tempo proporcionalmente à maior ou menor resistência dos corpos, ou então ao maior ou menor fluxo das ideias. Porém, isso não significa dizer que há um espaço e tempo totalmente puros, desprovidos da referência a qualquer objeto (corpos ou ideias), que existam enquanto entidades abstratas ou separadas dos próprios objetos ou ideias. Para Berkeley, o espaço e o tempo são inseparáveis ou inerentes às próprias coisas ou ideias. Para ele, ao eliminarem-se os corpos e as ideias desaparecem juntos o próprio espaço e tempo (*TCH*, §§ 97-8/ 116).

Por sua vez, Kant contraria na *Estética Transcendental* tanto o espaço e o tempo absolutos de Newton quanto o espaço e o tempo relativos de Leibniz. Para ele, a visão absoluta pressupõe o espaço e o tempo como auto-subsistentes, isto é, como transcendentais ao sujeito e aos objetos; já a visão relativa os supõe como inerentes aos objetos e

⁶ Convém notar que ambos sustentam que o espaço e o tempo não estão fora, mas sim dentro do sujeito, a saber, na mente de Deus (para Berkeley) e na mente do homem (para Kant).

transcendentes ao sujeito. A concepção alternativa de Kant consiste em conceber o espaço e o tempo como inerentes ao sujeito, tal como proposta na sua doutrina da idealidade do espaço e do tempo (*CRP*, §§ 3/6). Quer dizer, o espaço e o tempo não são transcendentem nem inerentes aos objetos, tampouco transcendentem ao sujeito – tal como propuseram Newton e Leibniz. Para Kant, o espaço e o tempo são inerentes ao sujeito a título de formas ou condições pertencentes a uma determinada faculdade da sua mente (*Gemüt*), a sensibilidade. Embora negue o espaço e o tempo absolutos de Newton, Kant admite o espaço e o tempo puros, identificados por ele a tais formas da sensibilidade. Kant chama o espaço e o tempo de puros porque julga que eles são formas dadas antes de toda experiência, e não porque seriam abstraídos desta. Em outras palavras, o espaço e o tempo puros são dados na mente do sujeito independente (de) e anteriormente a toda experiência. Uma consequência dessa concepção de pureza sustentada por Kant é que, se os objetos (externos e internos) forem eliminados, o espaço e o tempo continuam a subsistir na mente do sujeito, permanecem intactos ou inalterados, enquanto simples formas vazias e não preenchidas por objetos (*CRP*, B 38-9, B 46).

A confrontação entre as concepções do espaço e do tempo de Berkeley e Kant mostra, em primeiro lugar, que ambos negam o conceito do espaço e do tempo absoluto ainda que admitam um espaço e tempo puros; todavia, compreendem distintamente tal conceito de puro. Para Berkeley, a pureza do espaço e do tempo tem a ver com a sua possível referência aos objetos (externos ou internos), ao passo que para Kant com sua inerência à mente do sujeito. Decorre daí que para o primeiro o espaço e o tempo envolvem graus de pureza que variam de acordo com o maior ou menor número de objetos aos quais fazem referência, enquanto para o segundo a pureza do espaço e do tempo independe de toda a referência aos objetos e por isso não admite graus.

Em segundo lugar, pode-se dizer que a crítica de Kant à visão de Leibniz é extensiva também a Berkeley, na medida em que estes dois últimos defendem uma concepção relativa do espaço e do tempo. Nesse sentido, de acordo com Kant, ambos consideram que o espaço e o tempo são inerentes aos objetos e, portanto, transcendentem ao sujeito. Porém, ambos não reconhecem que o espaço e o tempo sejam inerentes ao próprio sujeito. Essa última é uma tese peculiar de Kant, introduzida pela sua doutrina da idealidade transcendental, por meio da qual se diferencia tanto da concepção absolutista de Newton quanto da visão relativista de Leibniz e Berkeley.

Em terceiro lugar, a concepção subjetiva e pura de Kant acerca do espaço e do tempo contrasta com a concepção relativa e empirista de Berkeley. O significado disso é que, para Berkeley, o espaço e o tempo desaparecem ao eliminarem-se os objetos e que, para Kant, eles permanecem (no sujeito) ao desaparecerem os objetos. Todavia, ao analisarem-se tais concepções à luz do desenvolvimento da física pós-newtoniana, mais precisamente da física relativística, conclui-se que o ponto de vista do espaço e do tempo relativo de Berkeley afigura-se mais acertado que o de Kant. A razão disso não tem nada a ver com semelhanças meramente terminológicas que aparece, por exemplo, no termo ‘relativo’ usado para caracterizar a concepção do espaço e do tempo de Berkeley, por um lado, e a de Einstein, por outro. Trata-se de uma razão mais profunda, a saber: o fato de Einstein ter realizado, mediante a sua teoria da relatividade geral, uma crítica decisiva quanto à concepção do espaço e do tempo absolutos de Newton, no sentido de afirmar que “o espaço-tempo não é necessariamente algo a que possamos atribuir uma existência separada e independente dos objetos da realidade física [...], [de modo que] o conceito de ‘espaço [e tempo] vazio’ perde seu significado” (Einstein, 1999, p. 9; cf também pp. 92, 128-9). A crítica de Einstein atingiria somente a visão absolutista de Newton, sem afetar a de Kant, se este último não tivesse também afirmado que o espaço e o tempo subsistem como formas puras na mente mesmo ao eliminarem-se os objetos. Ora, o que Einstein sentencia na teoria da relatividade geral é justamente o contrário do que Kant afirma na Estética Transcendental quanto à pureza do espaço e do tempo, pois para aquele – tanto como para Berkeley e Leibniz – nada resta ao eliminarem-se os objetos. Nesse sentido, pode-se dizer que Berkeley e Leibniz aproximam-se mais de Einstein, do que Kant deste último quanto a este ponto. Convém notar que Einstein, além de visar a crítica do espaço e do tempo absoluto de Newton, tem consciência que sua teoria da relatividade geral atinge também a concepção de Kant, a quem critica algumas vezes ao discordar da natureza *a priori* do espaço e do tempo defendida por Kant, na medida em que, segundo Einstein, o conceito do objeto destinado a preencher o espaço e o tempo serve de ponto de partida para se construir estes próprios conceitos (Einstein, 1997, pp. 165-7). Ou seja, as propriedades e relações do espaço e do tempo não são fixadas previamente para descrever os objetos, como queria Kant, mas, ao contrário, a natureza dos objetos determina as propriedades e relações do espaço e do tempo de modo indissociável, ao ponto de os objetos não subsistirem sem o espaço e o tempo, e vice-versa, o espaço e o tempo não subsistirem sem os objetos. Assim, há a partir da teoria da

relatividade geral uma determinação recíproca entre os objetos, de um lado, e o espaço e o tempo, de outro, ao invés de uma determinação unilateral do espaço e do tempo sobre os objetos, tal como propusera Kant. Em termos filosóficos, essa concepção da relatividade geral pode ser associada à concepção relativa do espaço e do tempo defendida por Berkeley e Leibniz, a qual implica a inerência do espaço e do tempo aos objetos, mas não ao sujeito.

4. Considerações finais

Este trabalho abordou apenas alguns aspectos que aproximam e distanciam as filosofias de Berkeley e Kant, deixando naturalmente de fora, por questão de delimitação, outros pontos que também tem relação com a temática proposta. Entre estes pontos poderia citar-se a concepção da coisa em si, a questão do ceticismo, a teoria das faculdades, as relações entre o teórico e o prático, etc. Todos estes pontos são relevantes para uma análise mais ampla e minuciosa acerca do pensamento de Berkeley e Kant, porém, aqui foram selecionados somente aqueles que apresentam uma relação mais próxima com a problemática do idealismo e do realismo nos dois filósofos.

O cotejo geral entre Berkeley e Kant revelou que ambos tomam o sujeito como ponto de partida das suas filosofias, no sentido de considerá-lo como o fundamento de todo o conhecimento, o que confirma a asserção de que este ponto aproxima bastante Kant e Berkeley. Além disso, mostrou que os dois filósofos defendem a posição realista e refutam a idealista, embora para tal empreguem argumentos distintos e em conformidade com seus respectivos pressupostos filosóficos. Em linhas gerais, Berkeley e Kant tem interesse em provar que o mundo externo é real e não uma ilusão. Quanto à defesa do realismo, mostrou-se que o principal argumento de Berkeley é o teológico, ao passo que o de Kant é o da imediaticidade e o epistemológico. Quanto à crítica do idealismo, revelou-se que ambos foram acusados de idealistas e, no entanto, refutaram tal censura mediante a tese de subjetividade, cujo argumento central assegura em geral a dependência do objeto em relação ao sujeito, quer este seja concebido como o homem (no caso de Kant) ou como Deus (no caso de Berkeley). Por fim, o contraste entre as concepções do espaço e do tempo de Berkeley e Kant indicou que a principal diferença entre eles consiste em que, para o primeiro, o espaço e o tempo são concebidos como inerentes aos objetos, enquanto, para o segundo, como inerentes ao sujeito. Com base em tal distinção, mostrou-se, de um lado, que Kant

acusa a concepção de Berkeley resvalar em um idealismo, embora tal crítica não encontre um claro respaldo neste último e de a própria crítica de Kant necessitar de uma compreensão adequada para não cair em absurdos; de outro, apontou-se em que sentido a concepção do espaço e do tempo de Berkeley ajusta-se melhor que a de Kant aos resultados da física de Einstein proposta pela teoria da relatividade geral.

Referências

- ALLISON, Henry. “Kant’s critique of Berkeley”, *Journal of the History of Philosophy*, 11.1 (1973): 43-63.
- _____. *Kant’s transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Heaven: Yale University Press, 2004.
- BERKELEY, George. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- _____. *Tratados sobre a visão*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- BONACCINI, Juan. “Kant e o problema do mundo externo”, *Manuscrito*, 25.1 (2002): 7-68.
- _____. “Peculiaridade e dificuldade do conceito de idealismo transcendental em Kant”, *Princípios*, 2.3 (1995).
- CARANTI, Luigi. “The one possible basis for the proof of the existence of the external world: Kant’s anti-sceptical argument in the 1781 fourth paralogism”, *Kant Studies Online* (2011): 162-192.
- DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- EINSTEIN, Albert. *A teoria da relatividade especial e geral*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. *Como vejo o mundo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
- EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. *A evolução da física*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes. 2012.
- _____. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *Crítica da faculdade do juízo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LEIBNIZ, Gottfried. *Correspondência com Clarke*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

- SMITH, Kemp. *A commentary to Kant's 'Critique of pure reason'*. London: Macmillan, 1918. Disponível em: <www.gutenberg.org/files/43572/43572-0.txt>.
- STRAWSON, Peter. *Los limites del sentido*. Madrid: Ed. Revista del Occidente, 1975.
- TURBAYNE, Colin. "Kant's refutation of dogmatic idealism", *The Philosophical Quarterly*, 5.20 (1955): 225-244.
- WILSON, Margareth. "Kant and 'The dogmatic idealism of Berkeley'", *Journal of the History of Philosophy*, 9.4 (1971): 459-475.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar algumas relações de semelhanças e diferenças entre o idealismo de Berkeley (1710) e o de Kant (1781/1787), cujo problema geral pode ser assim formulado: em que sentido a filosofia idealista de Berkeley e Kant se aproximam e se distanciam entre si? Tal resposta será focalizada sob quatro aspectos, divididos como segue. Quanto às aproximações, analisar-se-á, de um lado, a concepção do sujeito em ambos os filósofos e, de outro, suas respectivas defesas do realismo. Quanto aos distanciamentos, abordar-se-á, de uma parte, as críticas dos referidos filósofos ao idealismo e, de outra, suas devidas concepções do espaço e do tempo.

Palavras-chaves: idealismo, realismo, espaço, tempo, Kant, Berkeley.

Abstract: This paper aims to analyze some relations of similarities and differences between the idealism of Berkeley (1710) and Kant (1781/ 1787), whose general problem can be formulated as follows: in what sense the idealist philosophy of Berkeley and Kant's approach and distant from each other? Such a response will be focused on four aspects, divided as follows. Regarding approaches, will examine whether, on the one hand, the conception of the subject in both philosophers and on the other, their respective defenses of realism. As for distances, will address whether, in part, the criticisms of those philosophers to idealism, and another, their proper conceptions of space and time.

Keywords: idealism, realism, space, time, Kant, Berkeley

Recebido em 28/05/2014; aprovado em 15/06/2014.